

RUA AMAZONAS

Lei nº 458 de 30-11-1950

Formada pela rua 1 da Fundação da Casa Popular e avenida 1 da Vila Angela - prolongamento (antiga rua 1)

Início na avenida das Amoreiras

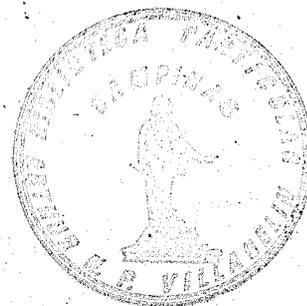
Término na rua Ceará

São Bernardo

Obs.: Lei promulgada pelo Prefeito Municipal de Campinas Miguel Vicente Cury.

AMAZONAS

O Estado do Amazonas é o maior do país. Sua historia, em seus primórdios, acha-se intimamente ligada à do rio que lhe deu o nome e à de toda a região de que faz parte. Quando Portugal no início do Século XVI, dividiu o Brasil em capitânicas, o Amazonas ficou excluído, e só mais tarde foi criada, no estuário do "mar de água doce" a Capitania de Joanes, hoje ilha de Marajó, depois transferida para Belém, sob o nome de Pará. Até a Independência do Brasil, em 1822, o Estado pertencia à Capitania do Pará, com uma subcapitania em São José do Rio Negro, criada em 1755. Em 01-janeiro-1850, a Comarca do Rio Negro foi separada do Pará e elevada à Província, sob a denominação de Amazonas, ao mesmo tempo, que mudou-se o nome da Vila do Rio Negro para Manaus, sendo elevada à categoria de Capital da nova Província. O Amazonas é possuidor de riquíssima flora, abundando as madeiras de lei, além de plantas textéis e medicinais, inclusive a seringueira, da qual se extrai a borracha, e em que por muito e muito tempo repousou a economia do Estado. Dentre as inúmeras plantas aquáticas, sobressai-se a Vitória-Régia. Hoje, tem-se como certo que das 25 mil espécies de vegetais conhecidos, nem quarenta por cento de toda a flora é conhecida devido a vastidão e diversificação de sua floresta. Atravessa todo o Estado, na direção do Oeste para o Leste, o rio Amazonas, que com seus 5.904 quilômetros de extensão, é considerado um dos maiores do mundo. Manaus é a capital do Estado e também o seu maior porto fluvial. Com a criação em 1967, do Distrito Industrial de Manaus, o setor industrial do Estado cresceu bastante. A mineração é outro fator importantíssimo na economia amazonense. A exploração de cassiterita e de ouro vem crescendo extraordinariamente. Com uma área de 98% do Estado ocupada pela floresta equatorial, o Amazonas tem sua população concentrada às margens dos rios, sendo estimada em dois milhões de almas. As principais cidades do Estado são: Itacoatiara, Paratins, Tefé, Manicoré, Humaitá, Lábrea e Manacapuru.



Lei n. 458, de 30 de Novembro de 1950

Dá nome a diversas ruas do Bairro de S. Bernardo

A CAMARA MUNICIPAL DECRETA E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1.º — Ficam denominadas Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, respectivamente, as ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e Minas Gerais e Rio de Janeiro as avenidas 1 e 2 das Casas Populares, na Vila São Bernardo.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 30 de novembro de 1950.

MIGUEL VICENTE CURY
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria do Expediente da Prefeitura Municipal, em 30 de novembro de 1950.

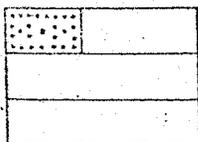
O Diretor,
ADMAR MAIA

RUA AMAZONAS

Lei nº 458 de 30-11-1950



AMAZONAS



Habitante: amazonense. Capital: Manaus. Bandeira: retangular, dividida em três faixas horizontais, duas brancas e uma vermelha; no canto superior esquerdo, um retângulo azul com 26 estrelas brancas. Localização: região Norte. Latitude: extremo N — 2°03'30"N; extremo S — 9°49'00"S. Longitude: extremo E — 56°04'50";

extremo O — 73°48'06". Fronteiras: Norte — Venezuela e Roraima, Sul — Acre, Rondônia e Mato Grosso; Leste — Pará; Oeste — Colômbia e Peru. Área: 1 564 445 km².

Governador: José Bernardino Lindoso (PDS). Vice-governador: Paulo Neri (PDS). Representantes no Senado Federal (1981): 2 (PDS) e 1 (PMDB). Representantes na Câmara Federal (1981): 5 (PDS) e 1 (PMDB). Representantes na Assembleia Legislativa (1981): 13. Representantes do Colégio Eleitoral: 13 (1981). Número de eleitores: 399 325 (1978).

População residente: 1 430 314 (1980). Densidade demográfica: 2,91 habitante por km². Número de municípios instalados: 44

(1981). Número de municípios acima de 50 000 habitantes: 4 (1981). Principais municípios: Manaus, Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Coari, Careiro.

Contribuição do Estado para a receita da União (em Cr\$ 1 000,00): 1 523 (1979). Receita prevista (em Cr\$ 1 000,00): 12 688 789 (1981). Despesa fixada (em Cr\$ 1 000,00): 12 688 789 (1981). Despesa realizada (em Cr\$ 1 000,00): 9 742 573 (1980). Arrecadação de ICM (em Cr\$ 1 000,00): 4 680 931 (1980).

Taxa de desemprego: não disponível. Setores de atividades (segundo o pessoal ocupado em 1979 — est.): 359 439; primário: 49%; secundário: 17%; terciário: 34%. Salário mínimo mensal: Cr\$ 7 128,00 (maio/1981). Sindicatos de empregados: 52 (1978). Sindicatos de empregadores: 36 (1978). Sindicatos de profissionais liberais: 4 (1978). Empregados sindicalizados: 51 659 (1978). Empregadores sindicalizados: 13 260. Profissionais liberais sindicalizados: 35 (1978).

Número de estabelecimentos da indústria de transformação: 262 (1976). Principais produtos (1979): borracha, madeira, castanha, têxteis, alimentares, químicos e electro-eletrônicos. Principais minérios: estanho (813 t) (1979); ouro (4 000 kg) (1978); água mineral (8 625 000 litros) (1979). Produção de pescado: 16 165 t (1979). Estabelecimentos agropecuários: 92 801 (1975). Principais produtos agrícolas (1979): cacau (424 t); juta (19 484 t); malva (20 621 t); mandioca (303 304 t); pimenta-do-reino (80 t). Bovinos (efetivo 1979): 240 000. Suínos (efetivo 1979): 145 000. Equinos (efetivo 1979): 6 000. COMÉRCIO EXTERIOR (1979): exportação (quantidade) — 46 902 t; exportação (valor) — US\$ 59 273 000; importação (quantidade) — 570 156 t; importação (valor) — US\$ 552 953 000.

Usinas (termelétricas e hidrelétricas): 3 (hidrelétricas) (1973). Potência total: 119 945 kW (1975). Rede ferroviária: não há. Rede rodoviária federal: 2 525 km (1979). Rede rodoviária estadual: 501 km (1979). Rede rodoviária municipal: 1 200 km (1979). Veículos licenciados: 64 087 (1978). Embarcações: 13 479 (1978).

Nascimentos registrados: 19 385 (est. 1978). Hospitais: 58 (1978). Leitos: 3 061 (1978). Médicos em atividade nos hospitais: 743 (1978).

ENSINO DE 1.º GRAU (1978): unidades escolares — 2 221; número de professores — 8 551; total de alunos matriculados — 248 448. ENSINO DE 2.º GRAU (1978): unidades escolares — 49; públicas — 29; particulares — 20; número de professoras — 1 503; total de alunos matriculados — 26 664. ENSINO SUPERIOR (1979): número de universidades — 1; número de institutos isolados — 2; número de professoras — 791; total de alunos matriculados — 6 772.

Telefones: 40 420 (1979). Bibliotecas: 23 (1974). Emissoras de rádio: 9 (1979). Emissoras de televisão: 4 (1979). Jornais: 4 diários (1978).

Com 98% de sua área ocupadas pela floresta equatorial, o Estado tem sua população aglutinada às margens dos rios, principalmente do Amazonas. Os maiores núcleos demográficos estão na região do médio Amazonas, onde se encontram além da capital, os municípios de Itacoatiara, Parintins, Careiro e Manacapuru. Esses são os núcleos mais desenvolvidos e que reúnem condições para servir de pólo de irradiação do desenvolvimento. A economia do Estado baseou-se, até 1930, na extração da borracha. No entanto, essa indústria vem apresentando sérios sinais de crise. Para enfrentá-la, o governo José Lindoso pretende implantar, em 1981/1982, 50 mil hectares de seringueis de cultivo; o objetivo a ser atingido é uma produção da ordem de 15 mil toneladas, só nesses campos. A juta, introduzida pelos japoneses, que desenvolveram uma variedade local — a juta-branca (ayama) —, é cultivada em várzeas, o que a torna muito suscetível a inundações. Além disso, cultiva-se o pau-rosa: em Manaus, Itacoatiara e Parintins há destilarias onde se extrai dessa madeira um óleo utilizado pela indústria de perfumes. A agricultura é esparsa, e o milho, arroz, feijão e mandioca são plantados principalmente nos cultivos de subsistência da chamada agricultura itinerante — prática predatória que consiste em abandonar uma área de cultivo após utilizá-la intensivamente durante dois ou três anos. Cultura importante, a mandioca é um produto que apresenta boas perspectivas: nas várzeas do Solimões existe uma variedade conhecida como "zoldinha", que dá colheita em quatro meses — fato inédito, pois no Sul leva pelo menos dezito meses. Com o objetivo de incrementar o setor agrícola, a Suframa — Superintendência da Zona Franca de Manaus — estabeleceu uma política baseada na participação em programas específicos, voltados para a implantação de

centros produtores de alimentos em área de várzea e terra firme, tanto na zona rural de Manaus como em pontos estratégicos da Amazônia ocidental. A pecuária enfrenta uma dificuldade: o gado pode ser criado nas várzeas, mas na cheia deve ser transportado para a terra seca, onde a vegetação tem baixo valor nutritivo. A alternativa é colocá-lo nas "marombas", currais construídos sobre estacas, onde ele tem de ser alimentado a ração. O búfalo-d'água indiano foi o animal que melhor se aclimatou às condições oferecidas pela região. Com a criação, em 1967, do Distrito Industrial de Manaus — situado simultaneamente na área da Sudam e da Suframa —, o setor industrial do Estado cresceu bastante. Os resultados obtidos em treze anos de existência demonstram que esse setor vem respondendo favoravelmente aos incentivos. Atualmente, 76 empresas funcionam no Distrito Industrial, abrangendo desde os setores tradicionais da economia regional — como os estabelecimentos de beneficiamento de borracha e madeira — a setores de nível técnico altamente sofisticado — como os de eletroeletrônica, relógios, motocicletas e ciclomotoras. A fim de consolidar esse pólo industrial, a Suframa está voltada para a implantação de projetos de bens intermediários e finais — que o Brasil ainda não produz ou o faz a níveis inferiores à demanda, e, por isso, importa. Por outro lado, o Programa de Integração Nacional tem se preocupado em criar condições para o melhor aproveitamento do enorme potencial amazônico e a Sudam aprovou, em março de 1979, sete projetos econômicos para a região amazônica, no valor de 1,5 bilhão de cruzeiros. Destes, quatro são industriais, dois agropecuários e um setorial. Três deles estão localizados no Estado do Amazonas. Quanto ao setor de transportes, a Belém—Brasília, a Cuiabá—Porto Velho e a Transamazônica são os primeiros passos para a implantação de uma rede rodoviária que facilite o intercâmbio da produção comercial do Estado com as principais cidades do Sudeste brasileiro.

Pelo tratado de Tordesilhas, a Amazônia pertenceria à Espanha. Mas já de o século XVII foram frequentes as incursões portuguesas na região. Pedro Teixeira atravessou-a chegando até Quito (1637—1639). Francisco da Mota Falcão ergueu, no sítio atual de Manaus, o forte de São José do Rio Negro, para facilitar a penetração do território (1659). As disputas com a Espanha pela posse da área terminaram com o tratado de Madri (1750/1751), que fixou os limites do Brasil no extremo norte.

Em 1720, o missionário carmelita frei Manuel da Esperança encontrou as seringueiras, o que daria início ao importante ciclo da borracha amazônica. A economia regional, antes baseada na exploração do cacau e das especiarias, passou por um período áureo, atestado ainda hoje por obras suntuosas como o teatro Amazonas, em Manaus. Essa prosperidade terminou, na segunda década do novo século, com a crise da borracha vegetal, em consequência da invenção da borracha sintética. Até hoje o Estado não conseguiu recuperar o nível econômico que atingiu naquele período. A Amazônia foi, desde o século XVIII, objeto de numerosas expedições científicas, interessadas em seus recursos naturais: A mais importante delas foi, de 1799 a 1804, a do alemão Friedrich Wilhelm von Humboldt.

(Extraído de fls. 93 e 94 do Almanaque Abril para 1982, da Editora Abril S. A., São Paulo)

RUA AMAZONAS



O Estado do Amazonas é o maior do país. Sua história, nos seus primórdios, acha-se intimamente ligada à do rio que lhe deu o nome e à de toda a região de que faz parte. Quando Portugal no início do século XVI, dividiu o Brasil em capitã[n]ias, o Amazonas ficou excluído, e só mais tarde foi criada, no estuário do "mar de água doce" a Capitania de Joanes, hoje ilha de Marajó, depois transferida para Belém, sob nome de Pará. Até a Independência do Brasil, em 1822, o Estado pertencia à Capitania do Pará, com uma subcapitania em São José do Rio Negro, criada em 1755. Em 1-1-1850, a Comarca do Rio Negro foi separada do Pará e elevada à Província, sob a denominação de Amazonas, ao mesmo tempo mudou-se o nome da vila do Rio Negro para Manaus, sendo ela elevada à categoria de Capital da nova Província.

O Amazonas é possuidor de riquíssima flora, abundando as madeiras de lei, além de plantas têxteis e medicinais, inclusive a seringueira de que se extrai a borracha, e em que repousa a economia do Estado. Entre as numerosas plantas aquáticas, sobressai a vitória-régia. Das numerosas espécies vegetais, existentes no Amazonas, assegura-se que mais de 20 mil já são conhecidas pela ciência, muito embora uma grande quantidade destas ainda se encontre à espera de classificação definitiva.

Atravessa todo o Estado, na direção do Oeste para o Leste o rio Amazonas, que com seus 5.904 km, é considerado um dos maiores rios do mundo. O Amazonas, desde o seu nome, é rico de lendas.

Manaus é a capital do Estado e também o seu maior porto fluvial. As principais cidades do Estado são: Itacoatiara, Parintins, Tefé, Manicoré, Humaitá, Lábrea.

(Extraído de páginas 548 a 550, do volume I, da Enciclopédia Brasileira Mérito).